

GEORGE W. BUSH E O ISLÃO

Bernardo Futscher Pereira

Sete meses e meio depois de ter tomado posse, os atentados de 11 de Setembro de 2001 colocaram George W. Bush, um Presidente sem experiência nem interesse pela política internacional, perante uma das mais graves e inesperadas crises na história dos EUA.

Com efeitos traumáticos na sociedade americana, apenas comparáveis aos do ataque a Pearl Harbor e legitimamente interpretado como um acto de guerra, o 11 de Setembro desencadeou uma reacção em cadeia cujo fim ainda não está à vista.

De um dia para o outro, o Médio Oriente, epicentro do terrorismo internacional, transformou-se no maior desafio e no foco praticamente exclusivo da política externa americana.

Sete anos depois, que juízo, tanto quanto possível sereno e imparcial, é possível fazer desta política e dos seus resultados?

Para responder a essa pergunta, importa talvez começar por uma constatação: a reacção violenta provocada pelos atentados de 9/11 elevou a um novo patamar o envolvimento americano no Médio Oriente, com consequências ainda impossíveis de medir.

Este novo patamar é caracterizado essencialmente pela presença de tropas de ocupação norte-americanas em dois países muçulmanos, o Afeganistão e o Iraque, com o objectivo de os reformar em profundidade. Ironicamente, a presidência de Bush será em grande parte avaliada pelo resultado destas duas gigantescas experiências de *nation building*, um dos temas que, enquanto candidato, mais utilizou na campanha eleitoral do ano 2000 para atacar Al Gore.

Como se sairão os Estados Unidos deste perigoso enredo, para o qual manifestamente não estavam, e não estão, preparados? Derrotados, humilhados e expulsos daqueles dois países ou, pelo contrário, mais omnipresentes e onnipotentes do que nunca?

Como o caso de George W. Bush bem ilustra, as intenções proclamadas durante campanhas eleitorais raramente resistem ao duro embate da realidade e às dinâmicas históricas que lhes estão subjacentes. Bush deixa como legado ao seu sucessor uma

situação muito complexa, que pode ser interpretada, alternativamente, numa linha de continuidade ou de ruptura.

No primeiro caso, a presença cada vez mais forte e pesada dos Estados Unidos no Médio Oriente deverá ser considerada uma consequência inelutável do seu destino imperial. Sejam quais forem as vicissitudes da história e o preço a pagar, a América está no Médio Oriente para ficar.

No segundo caso, a presente situação é vista como um beco sem saída. Recuar é o único caminho aberto aos EUA. Uma retirada sem proveito nem glória do Afeganistão e do Iraque, inevitável mais tarde ou mais cedo, será o princípio do declínio da sua influência na região.

Discernir a tendência de fundo, para lá dos episódios flutuantes da história, é uma tarefa difícil. Por um lado, o poder americano, por maior que seja, terá sempre limites; por outro, ainda que esteja a entrar numa fase de declínio, a supremacia militar incontestável de que os EUA dispõem garante-

lhes uma influência considerável na região durante as próximas décadas.

Alguns analistas antevêm na actual situação o princípio do declínio¹. Mas essa não tem sido a tendência dominante até agora.

Pelo contrário, o envolvimento americano no Médio Oriente, comparativamente recente, tem vindo a aprofundar-se de forma contínua, independentemente das

O ENVOLVIMENTO AMERICANO NO MÉDIO ORIENTE, COMPARATIVAMENTE RECENTE, TEM VINDO A APROFUNDAR-SE DE FORMA CONTÍNUA, INDEPENDENTEMENTE DAS PREFERÊNCIAS E OPÇÕES DAS DIFERENTES ADMINISTRAÇÕES AMERICANAS, DESDE QUE OS EUA ALCANÇARAM O PINÁCULO DO PODER COM A VITÓRIA NA II GUERRA MUNDIAL.

preferências e opções das diferentes administrações americanas, desde que os EUA alcançaram o pináculo do poder com a vitória na II Guerra Mundial.

A competição com a União Soviética, as reservas de petróleo da região, a aliança com Israel e, mais recentemente, o terrorismo internacional foram os principais motores desse envolvimento.

A política de equilíbrio de poder com a União Soviética, durante a Guerra Fria, e o interesse estratégico americano nas reservas de petróleo da região foram as motivações iniciais que levaram os EUA a interessar-se pelo Médio Oriente.

Porém, a aliança cada vez mais íntima e incondicional que os EUA forjaram com Israel foi-se sobrepondo a estas considerações de ordem geoestratégica. Essa aliança adquiriu, com o tempo, um peso determinante na política externa dos EUA e na forma como são vistos, contribuindo de forma poderosa para tornar a nação americana um dos principais alvos do ódio e do ressentimento da opinião pública árabe e muçulmana.

A história do envolvimento americano no Médio Oriente passou por várias fases, que não cabe aqui mais do que esboçar. Inicialmente, os EUA moveram-se no Médio Oriente à sombra das potências coloniais europeias. Todavia, a sua intervenção decisiva na crise do Suez demonstrou que a época destas tinha passado. Washington e Moscovo eram

agora os mestres do jogo. À medida que se aprofundavam os seus laços com Israel, os EUA, pela influência sem par que possuíam junto do Estado judaico, tornaram-se o interlocutor diplomático indispensável na região.

Em 1979, a revolução no Irão, a crise dos reféns e o segundo choque petrolífero levaram os EUA a identificar a zona do golfo Pérsico como um dos epicentros dos seus interesses geoestratégicos. Data desse ano a decisão do Presidente Carter de criar a Rapid Deployment Force, primeiro passo para permitir a projecção de força em grande escala para aquela zona do globo.

Com a queda da União Soviética, desapareceu o risco de um conflito localizado extravasar os seus limites, colocando as duas superpotências em rota de colisão. Quando, em 1991, o Iraque invadiu o Kuwait, não existia obstáculo a uma intervenção militar americana em grande escala na região. Os EUA conduziram a sua primeira guerra no Médio Oriente e estabeleceram bases na Arábia Saudita, consolidando uma presença militar duradoura na região.

Ao longo da década de 1990, a inesperada sobrevivência de Saddam Hussein no poder permaneceu como um espinho cravado no dorso da superpotência. Simultaneamente, o fracasso da paz de Oslo entre Israel e os palestinianos, e o impacto desse conflito numa opinião pública muçulmana cada vez mais informada e politizada, transformou-o num tema escaldante, não apenas para os seus intervenientes directos mas para toda a comunidade internacional.

Quando George W. Bush chegou ao poder, a sua intenção declarada era conduzir os EUA a uma posição mais recuada no Médio Oriente. A segunda «intifada» estava já em pleno desenvolvimento. Clinton tinha acabado de fracassar na sua tentativa de última hora para negociar o fim do conflito entre Israel e os palestinianos. Saddam Hussein, como dizia o secretário de Estado Colin Powell, estava «numa jaula»². O terrorismo era um problema sério mas não um desafio existencial.

O 11 de Setembro alterou todos estes cálculos. A «guerra contra o terror» passou a ser a orientação central da política externa americana. A coberto deste *slogan*, de tom panfletário, a Administração, ao longo dos seus dois mandatos, desenvolveu uma política agressiva e determinada no Médio Oriente, cujos resultados foram, no mínimo, controversos. Vale a pena examinar um por um os diversos capítulos em que ela se pode dividir.

A «GUERRA CONTRA O TERROR»

O tema ideológico em torno do qual Bush articulou a sua política externa foi o da «guerra contra o terror». Este *slogan* prima pela imprecisão de conceitos: em que consiste exactamente «o terror»? E como conduzir uma «guerra» contra algo de tão impreciso? Mas, na política, a imprecisão e a ambiguidade podem ter vantagens. Foi precisamente devido ao seu carácter vago que Bush pôde reunir sob a cobertura deste grito de guerra aspectos tão diversos da sua acção como o derrube dos taleban e a perseguição à

Al-Qaida no Afeganistão, aceites como actos de autodefesa, a invasão e ocupação do Iraque, à revelia de toda e qualquer norma de conduta das relações internacionais, o ostracismo a que votou o eixo Irão-Síria-Hezbollah, a desqualificação de Yasser Arafat como interlocutor válido de Israel e a recusa em estabelecer qualquer diálogo com o Hamas, para não falar da utilização de práticas extrajudiciais no combate ao terrorismo, de que Guantánamo se tornou o triste símbolo.

Todavia, da mesma forma que a crua visão ideológica americana conseguiu durante vários anos amalgamar e mobilizar a frente interna para um conjunto de políticas de natureza muito diversa, também reuniu e mobilizou na frente externa um enorme leque de opositores. A política externa americana, enformada pela visão maniqueísta de Bush, que a apresenta como uma luta entre o bem e o mal, tornou-se altamente polarizadora, dificultando distinções entre os seus diversos aspectos, uns mais defensáveis que outros, e impedindo que recolhesse maior apoio internacional. Bush acabou assim por magnetizar todo o ressentimento e ódio que existe no mundo relativamente aos EUA.

Mesmo entre os regimes ostensivamente aliados dos Estados Unidos na região, foram óbvias as reticências e ambiguidades na maneira como lidaram com Washington durante este período. Assim, por exemplo, o Paquistão nunca deixou de proteger os taleban, o Egipto serviu de intermediário entre Israel e o Hamas, o Governo iraquiano manteve sempre uma linha aberta com Teerão e a Arábia Saudita procurou e conseguiu reduzir drasticamente a presença de tropas americanas no país e tentou promover a reconciliação entre as facções palestinianas.

A credibilidade das posições americanas foi também profundamente afectada pela

existência de Guantánamo. Os grandes princípios morais que os EUA gostam sempre de invocar para justificar as suas políticas pareciam *a priori* negados pela apologia da tortura e ausência de garantias jurídicas simbolizadas por aquela prisão.

Da «guerra contra o terror», que poderia ter unido a comunidade internacional se tivesse sido definida com maior rigor e parcimónia, ficou portanto uma imagem ambígua e des-

DA «GUERRA CONTRA O TERROR», QUE PODERIA TER UNIDO A COMUNIDADE INTERNACIONAL SE TIVESSE SIDO DEFINIDA COM MAIOR RIGOR E PARCIMÓNIA, FICOU PORTANTO UMA IMAGEM AMBÍGUA E DESFOCADA, QUE OS OPOSITORES DOS ESTADOS UNIDOS PUDEAM DENUNCIAR SEM GRANDE PESO NA CONSCIÊNCIA E QUE OS AMIGOS TIVERAM DIFICULDADE EM APOIAR SEM RESERVAS.

focada, que os opositores dos Estados Unidos puderam denunciar sem grande peso na consciência e que os amigos tiveram dificuldade em apoiar sem reservas.

BUSH E O AFGANISTÃO

O primeiro alvo de Bush foi o regime dos taleban no Afeganistão. Pelo facto de terem dado santuário à Al-Qaida, os taleban foram vistos pela comunidade internacional como uma presa legítima e ninguém conhecedor das suas práticas pode ter deplorado a sua queda.

O que se pode apontar a Bush no caso do Afeganistão é não ter levado suficientemente a sério o desafio que aquele país representava. Em 2001, a forma como foi conduzido o derrube dos taleban constituiu uma espectacular demonstração da evolução tecnológica das Forças Armadas americanas – pela capacidade evidenciada de captar, processar e disseminar informação e agir com base nela de forma praticamente instantânea.

Mas o Afeganistão ilustrou também os perigos de economizar na utilização de tropas terrestres. A superioridade tecnológica é decisiva para vencer batalhas mas não é suficiente para controlar território, como depois se tornou penosamente evidente no Iraque. Os EUA conseguiram derrubar os taleban com surpreendente facilidade mas, em Tora Bora, deixaram escapar por entre os dedos o comando estratégico da Al-Qaida.

Consumada a mudança de regime em Cabul, o desvio das atenções e dos recursos americanos para o Iraque foi também altamente prejudicial, quer em termos militares, quer em termos políticos. Quando se tornou evidente que a situação no Afeganistão requeria ainda um grande esforço, europeus e americanos puseram-se de acordo para recorrer à NATO.

Essa decisão permitiu atenuar as profundas divisões provocadas pelo Iraque e compensar o desinvestimento militar americano naquele país. Não obstante, o empenhamento da NATO num país tão longínquo da sua tradicional área de intervenção foi uma decisão arriscada. Muita da sua credibilidade se joga nesta operação. Ora, sete anos depois da deposição dos taleban, a situação no Afeganistão está cada vez mais complicada. Para avaliar as dificuldades da guerra naquele país, basta recordar um facto simples: no final da guerra para depor os taleban, os EUA tinham no Afeganistão menos de 10 mil soldados. Em Abril de 2008, o número de tropas ocidentais era de 70 mil, divididas quase igualmente entre forças americanas e forças da NATO³. Sem embargo, a violência era cada vez maior.

Com o Exército americano no limite das suas capacidades e os europeus relutantes em aumentar o seu esforço de guerra, não é fácil discernir como será possível resolver satisfatoriamente a situação naquele país.

BUSH E O IRAQUE

Os EUA pagaram um preço elevadíssimo pela invasão do Iraque. Pelas circunstâncias em que foi feita, sem o aval da ONU, o seu prestígio internacional ficou profundamente comprometido e as suas relações com vários importantes aliados – a França, a Alemanha, a Turquia, a Espanha depois da derrota eleitoral de Aznar – sofreram um sério abalo. O logro das armas de destruição maciça que esteve na base da invasão e a incompreensível ligeireza e incompetência com que foi levada a cabo a ocupação do país representaram outros profundos golpes no seu prestígio, desta vez atingindo directamente a credibilidade dos serviços de informações e a reputação das Forças Armadas americanas. Neste contexto, o escândalo de Abu Ghraib representou o *nadir* da presença

americana no Iraque. Mas não foi apenas o prestígio dos EUA que sofreu. Foi também a sua capacidade de acção internacional que ficou tolhida. A presença do grosso do seu exército no Iraque impede os EUA de considerarem seriamente quaisquer outras acções militares que impliquem a participação de tropas terrestres. O efeito imediato destas debilidades é patente nas suas relações com o Irão. As ameaças que os EUA deixam pairar de um eventual ataque militar a este país não gozam de uma elevada credibilidade.

Para lá destas considerações, sobejamente conhecidas e glosadas em todos os tons por inúmeros comentadores ao longo dos últimos cinco anos, é necessário analisar também quais os efeitos da intervenção dos EUA no próprio Iraque – tendo presente que não se

trata de um país sem particular relevância, como era o caso do Vietname, mas um dos mais importantes estados no Médio Oriente, com as terceiras maiores reservas de petróleo do mundo.

Não cabe dúvida que a invasão americana alterou de forma irreversível a situação no Iraque. Já não é tão fácil determinar em

NÃO CABE DÚVIDA QUE A INVASÃO AMERICANA ALTEROU DE FORMA IRREVERSÍVEL A SITUAÇÃO NO IRAQUE. JÁ NÃO É TÃO FÁCIL DETERMINAR EM QUE SENTIDO. EM TERMOS HUMANOS, A INVASÃO AMERICANA TEVE UM PREÇO EXTRAORDINARIAMENTE ELEVADO.

que sentido. Em termos humanos, a invasão americana teve um preço extraordinariamente elevado. A minuciosa contabilidade das baixas americanas – 4048 mortes em Julho de 2008 – não tem contrapartida relativamente ao lado iraquiano. As estimativas sobre o número de mortes de cidadãos iraquianos desde 2003 atribuíveis à guerra variam de forma extraordinária entre ordens de grandeza que vão desde 100 mil mortes a mais de um milhão de mortes⁴. Seja qual for o número retido, é indubitavelmente elevadíssimo e traduz-se numa verdadeira tragédia humana.

Em termos políticos, ninguém pode lastimar a queda de Saddam Hussein. Mas a queda do seu regime abriu de par em par as portas à afirmação política e ao conflito entre as três principais comunidades étnico-religiosas do país, a qual por sua vez redundou numa explosão de violência. Curdos e xiitas ganharam poder e protagonismo. Os sunitas reagiram violentamente e foram em larga medida responsáveis pela insurreição contra a ocupação americana.

Após anos de caos, violência e crescentes afrontamentos entre curdos, xiitas e sunitas, estes últimos dão sinais no último ano e meio de se estarem a reintegrar no processo político e de se quererem distanciar da Al-Qaida e das suas acções terroristas contra os xiitas. Na pessoa do primeiro-ministro Nouri al-Maliki, o Iraque parece ter encontrado um político hábil, com alguma capacidade para se impor. A violência contra as tropas americanas também diminuiu, em consequência dos métodos implantados pelo general Petraeus.

Não obstante, convém não esquecer que os EUA continuam a ter no Iraque um exército de 100 mil homens, número que nunca diminuiu desde a invasão em 2003. Sem a

presença deste exército de ocupação, não é claro que se possa manter a tendência para uma relativa acalmia e impedir a fragmentação do país.

Todavia, o mais grave de tudo parece ser a ausência de um conceito claro de vitória no Iraque. Uma retirada apressada e ignominiosa, deixando atrás de si o caos ou um regime hostil, seria inequivocamente uma derrota – mas parece pouco provável que o próximo Presidente dos EUA, seja ele quem for, esteja disposto a sujeitar-se a esse desfecho. Mas em que consistirá então uma vitória? Transformar o país numa democracia modelo, como os neoconservadores sonharam em 2003, é claramente um objectivo inatingível. Manter o Iraque sob tutela, com bases militares permanentes americanas é um objectivo concebível, mas é óbvio que provoca enormes resistências. Resta a possibilidade de os EUA se retirarem de forma relativamente airosa, tendo conseguido preservar a integridade territorial do país e logrado que atingisse um certo grau de estabilidade. Mas, se tal for possível, ficará sempre no ar uma pergunta: terá valido a pena pagar um preço tão elevado por um tão magro resultado?

BUSH E A AL-QAIDA

Relativamente à Al-Qaida, Bush pode invocar como um sucesso da sua política o facto de não ter havido mais nenhum atentado terrorista de envergadura contra os EUA após o 11 de Setembro. A ofensiva política, militar e policial contra aquela organização logrou em grande medida desarticulá-la e desacreditá-la, apesar de bin Laden e Zawahiri continuarem vivos e activos.

Mas foi também a própria Al-Qaida, pela forma como actuou no Iraque, que contribuiu para o seu descrédito no mundo muçulmano. Se os atentados do 11 de Setembro, mesmo quando ostensivamente condenados, podem ter suscitado em muitos espíritos uma involuntária simpatia, nascida do sentimento de desforra perante aquilo que é percebido como uma insuportável sucessão de humilhações às mãos do Ocidente, tudo indica que as actividades sanguinárias da Al-Qaida no Iraque lhe alienaram muitos apoios. O morticínio organizado por Zarqawi contra os xiitas iraquianos desgastou profundamente a base de simpatias e cumplicidades com que a Al-Qaida contava. Em vez de um símbolo de resistência ao Ocidente, a Al-Qaida passou a ser vista em grande parte do mundo muçulmano como uma marca de infâmia cuja principal actividade é fornecer suicidas dispostos a imolarem-se em prol de uma visão fanática e fratricida do Islão. É certo que a visão «jihadista» propugnada pela Al-Qaida continua a ter muitos adeptos, como mostra a sua capacidade – e a das organizações e indivíduos que nela se inspiram – para recrutar bombistas suicidas. Tal não significa, contudo, que esteja a ganhar a batalha ideológica no mundo muçulmano.

Pelo contrário, há elementos que levam a crer que está cada vez mais isolada e acossada, não apenas como organização, mas também como projecto político. Com a passagem do tempo, foi tornando-se manifesto que a tentativa de galvanizar as hostes integristas com o tenebroso espectáculo do 11 de Setembro teve um preço elevadíssimo para todo

o mundo muçulmano e que a sua visão estreita e sectária do Islão não constitui uma via de saída para a crise que o afecta. Mesmo para todos aqueles sectores de opinião que abraçam, ou sentem simpatia, pelo islamismo como doutrina política, a Al-Qaida tornou-se crescentemente um fardo em vez de uma bandeira. Assim, embora continue a representar uma ameaça e um perigo para o Ocidente, parece cada vez mais evidente que o tempo corre contra ela⁵.

BUSH E O IRÃO

Em 2002, quando se preparava em Washington a invasão do Iraque, um diplomata britânico definiu da seguinte forma a situação política na capital do império: «Toda a gente quer ir até Bagdade; os homens a sério querem ir até Teerão.»

EM 2002, QUANDO SE PREPARAVA EM WASHINGTON A INVASÃO DO IRAQUE, UM DIPLOMATA BRITÂNICO DEFINIU DA SEGUINTE FORMA A SITUAÇÃO POLÍTICA NA CAPITAL DO IMPÉRIO: «TODA A GENTE QUER IR ATÉ BAGDADE; OS HOMENS A SÉRIO QUEREM IR ATÉ TEERÃO.»

Seis anos depois, continua por resolver a tensão que tem sido uma constante das relações entre os Estados Unidos e o Irão desde a queda do xá em 1979. Não existe paz, nem guerra, mas um contínuo medir de forças, repleto de ameaças e provocações de parte a parte.

Por um lado, o Irão está cada vez mais na mira da comunidade internacional, sujeito a um regime de sanções decretado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, sob pressão económica do Ocidente, sob uma ameaça difusa mas constante de acção militar. Por outro lado, a sua influência na região cresce, desde logo no Iraque, mas também no Líbano e até na Palestina.

Desde que, em 2002, Bush incluiu o Irão no Eixo do Mal, a possibilidade do uso da força contra o regime dos *mullahs* nunca foi completamente posta de parte. Actualmente, o equilíbrio de forças em Washington parece excluir um ataque militar americano, mas permanece, como uma hipótese pouco verosímil mas impossível de afastar por completo, a possibilidade de um ataque israelita às instalações nucleares iranianas.

Essa ameaça latente é o pano de fundo para as negociações conduzidas por Javier Solana para procurar levar o Irão a suspender as suas actividades nucleares. A impressão dominante que se recolhe dessas negociações é a de que elas representam de alguma forma um paliativo que permite ganhar tempo e afastar a tentação militar, até se produzirem mudanças políticas, em Washington ou Teerão, que permitam clarificar a situação.

O Irão, entretanto, procura sacudir a pressão complicando a vida dos Estados Unidos no Iraque. Teerão exerce grande influência sobre os diversos partidos xiitas, e em particular sobre o partido Dawa chefiado pelo primeiro-ministro al-Maliki, e também sobre os curdos e é provável que os seus serviços secretos não estejam de todo inocentes relativamente à violência quotidiana que se vive no Iraque. Poderia pensar-se que, não fora a ameaça permanente que os EUA fazem pender sobre o Irão, os dois países pode-

riam encontrar interesses convergentes no Iraque e fazer desse país a base de um entendimento mais sólido. Mas as rígidas posições ideológicas de parte a parte não permitiram até agora que essa possibilidade fosse explorada.

BUSH E O PROCESSO DE PAZ DO MÉDIO ORIENTE

Os esforços da Administração Bush para promover a paz no conflito entre Israel e os palestinos nunca pareceram muito empenhados e as suas tímidas tentativas para adoptar uma posição mais equilibrada relativamente ao conflito entre Israel e os palestinos foram geralmente inconsequentes.

Para projectar uma imagem dos EUA mais aceitável para a opinião pública árabe e muçulmana, poucas semanas depois do 11 de Setembro Bush exprimiu abertamente o apoio ao estabelecimento de um Estado palestino. Embora essa posição não fosse uma novidade, pois Clinton já a adoptara no final do seu mandato, não deixava de ser significativa, vinda de uma Administração tida por muito próxima de Israel e muito reticente em se envolver numa negociação para o fim do conflito. Esse apoio foi reiterado em numerosas ocasiões, mas o seu efeito prático ficou bastante diminuído pelo facto de, simultaneamente, Bush ter desqualificado Yasser Arafat como interlocutor de Israel.

Mesmo depois da morte deste, em Novembro de 2004, a Administração manteve-se passiva relativamente ao processo de paz. Após ter patrocinado a realização de eleições livres nos Territórios Ocupados, adoptou uma posição rígida de ostracismo em relação ao Hamas, que as ganhou folgadoamente. Posteriormente, as suspeitas de que os EUA se preparavam para auxiliar a Fatah a levantar uma força militar para combater o Hamas deram um contributo importante para animar aquele movimento a efectuar o seu bem-sucedido golpe de mão em Gaza, que abriu uma profunda brecha entre os movimentos de resistência palestinos.

Caracteristicamente, só em fim de mandato é que a Administração Bush, por intermédio da secretária de Estado Condoleezza Rice, fez um esforço sério para relançar as negociações entre israelitas e palestinos – ou, mais precisamente, entre o Governo muito debilitado de Ehud Olmert e a Fatah – que culminou na conferência de Annapolis. Desde então, Rice tem procurado exercer alguma influência positiva nessas negociações, mas aparentemente com resultados bastante parcos.

No cômputo geral Bush foi um aliado muito fiel de Israel durante os seus dois mandatos. As relações não foram isentas de fricções⁶, mas a Administração nunca se mostrou disposta a empenhar suficiente capital político para exercer pressão sobre Israel ou, sequer, travar-se de razões com o seu aliado, acabando sempre por ceder ante as suas preferências. Entretanto, a evolução da situação no terreno, com a construção do muro de separação e o aumento incessante dos colonatos foi tornando cada vez mais complexa e politicamente onerosa a resolução do conflito entre Israel e os palestinos.

DEMOCRACIA E REALISMO

Numa vã tentativa para encontrar uma justificação *ex post facto* para a invasão do Iraque, a Administração Bush procurou, a partir de finais de 2003, apresentar como objectivo central da sua política a democratização do Médio Oriente. O Iraque seria a experiência pioneira deste processo. Tal objectivo levou a Administração a exigir dos palestinianos a democracia e obrigou-a a exercer uma certa pressão sobre regimes amigos – essencialmente a Arábia Saudita, o Egipto e a Jordânia – para relaxarem as suas práticas autoritárias e permitirem à oposição um maior espaço político.

EMBORA A RETÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTINUE A DEFENDER A DEMOCRATIZAÇÃO
DO MÉDIO ORIENTE, A SUA DIPLOMACIA PARECEU
REGRESSAR AO RESIGNADO REALISMO
E TRADICIONAL FECHAR DE OLHOS
QUE TEM PAUTADO AS RELAÇÕES DOS EUA
COM OS SEUS ALIADOS NO MUNDO ÁRABE

Todavia, os resultados obtidos pelos Irmãos Muçulmanos nas eleições parlamentares no Egipto em finais de 2005 e a vitória da Hamas nas eleições palestinianas em Janeiro de 2006 diminuíram consideravelmente o entusiasmo por este projecto. Embora a retórica da Administração continue a defender a democratização do Médio Oriente, a sua diplomacia pareceu

regressar ao resignado realismo e tradicional fechar de olhos que tem pautado as relações dos EUA com os seus aliados no mundo árabe. Por outro lado, ao votar ao ostracismo o vencedor de umas eleições na Palestina que ela própria tinha encorajado, a Administração expôs-se à acusação de hipocrisia e falta de coerência.

Ao pôr largamente de parte a sua agenda democratizadora, a Administração Bush desistiu do aspecto mais prometedor e corajoso, embora também mais arriscado, da sua política para o Médio Oriente. Com efeito, se num primeiro momento permitir o voto livre pode beneficiar os partidos islamitas, talvez a longo prazo valha a pena correr esse risco.

Todas as eleições, ainda que efectuadas muitas vezes em condições deficientes, que se têm realizado nos últimos anos em países sem tradições democráticas mostram um extraordinário entusiasmo popular em acorrer às urnas. No mundo árabe em particular, atravessado por inúmeros conflitos, tensões e frustrações, profundamente politizado e onde o acesso à informação é cada vez mais livre, em primeiro lugar devido a cadeias de televisão como a Al Jazeera, mas também graças à crescente difusão da internet, existe uma enorme ânsia de participação política que, por falta de formas legítimas de expressão, acaba muitas vezes por ser canalizada para a violência ou dispersar-se num baixar de braços, reflexo de um profundo sentimento de impotência.

É certo que promover a democracia no Médio Oriente pode abrir as portas ao islamismo. Todavia, é necessário ter presente que, por detrás desse termo, se escondem tendências políticas bastante diversas, umas bastante mais aceitáveis do que outras. Por outro lado, responsabilizar os islamitas pode também trazer vantagens a prazo, pois a prática do poder pode contribuir ou para moderar o seu comportamento ou pura e simples-

mente para os desacreditar. Por fim, não é também de excluir o aparecimento de tendências políticas mais liberais, como foi o caso nos últimos processos eleitorais no Egípto. Significativamente, Ayman Nour, representante dessas tendências que se apresentou contra Mubarak nas eleições presidenciais naquele país, foi objecto de uma repressão mais dura por parte das autoridades do Cairo do que os próprios Irmãos Muçulmanos.

O exemplo do Paquistão é, a este respeito, ilustrativo. Ao contrário da imagem geralmente veiculada sobre o país, as eleições legislativas realizadas em Fevereiro 2008 demonstraram um claro ascendente dos partidos moderados e seculares. Em particular, os movimentos islamitas radicais nas zonas fronteiriças com o Afeganistão, que tinham obtido ganhos importantes em 2002, sofreram desta vez uma pesada derrota⁷.

CONCLUSÃO

Sem cuidar sequer das consequências da guerra no Iraque na posição global dos Estados Unidos, que imagem se extrai desta análise sumária dos diversos capítulos em que se desenvolveu a política americana no Médio Oriente ao longo dos últimos anos?

À primeira vista o legado de Bush parece verdadeiramente calamitoso.

O apoio e a simpatia praticamente universais que os EUA receberam após o 11 de Setembro foram desbaratados.

Pese embora algumas melhorias recentes, a guerra no Iraque não está de forma alguma ganha: os Estados Unidos não estão em medida de retirar as suas tropas sem graves perigos para a estabilidade daquele país e para a sua posição na região e tão-pouco lograram o consentimento das autoridades iraquianas para uma presença militar de longo prazo.

No Afeganistão, a situação piora a olhos vistos. Apesar da presença de tropas ocidentais ser cada vez maior, o número de ataques e de baixas entre as tropas americanas e europeias tem vindo a crescer continuamente.

É certo que, politicamente, a Al-Qaida parece cada vez mais isolada e desacreditada. Mas bin Laden e Zawahiri continuam fugidos e os seus émulos proliferam, demonstrando uma capacidade notável para causar danos.

Apesar da pressão e das ameaças a que está sujeito, a posição e a influência do Irão na Médio Oriente aumentou. Teerão foi, afinal de contas, quem mais ganhou com a intervenção americana no Iraque.

O seu principal acólito na região, o Hezbollah, está mais forte do que nunca, tendo conseguido uma espécie de vitória moral no conflito com Israel em 2005 e uma vitória política no tabuleiro político libanês, conseguindo impor as suas exigências ao Governo Siniora em 2008.

Não há sinal visível de um movimento forte a favor da democracia na região.

O conflito entre Israel e os palestinianos está em fase relativamente calma, mas pouco ou nada se avançou nas questões de fundo. Do processo de Annapolis, já ninguém

espera que leve a uma mudança na situação no terreno. O máximo que poderá produzir é algum documento mais ou menos vago acordado entre as duas partes.

Tradicional árbitro diplomático na região, a América, prisioneira de posições ideológicas rígidas, está hoje em dia à margem dos principais processos de negociação em curso. As negociações entre Israel e a Síria são mediadas pela Turquia, é a Alemanha que conduz a complexa diplomacia que permite a troca de prisioneiros entre Israel e o Hezbollah, é o Egito que medeia entre as facções palestianas e entre Israel e o Hamas, é Javier Solana que fala em nome do Ocidente nas negociações com o Irão e é a França que, com a União para o Mediterrâneo, fornece uma visão integradora para a região.

Embora o Iraque tenha regressado ao mercado, os preços do petróleo atingem valores históricos.

NÃO OBSTANTE, CONSTATAR O FRACASSO DA ADMINISTRAÇÃO BUSH NO MÉDIO ORIENTE TALVEZ NÃO FAÇA INTEIRA JUSTIÇA À COMPLEXIDADE DOS PROCESSOS HISTÓRICOS QUE AS SUAS ACÇÕES DESENCADEARAM NAQUELA REGIÃO.

Não obstante, constatar o fracasso da Administração Bush no Médio Oriente talvez não faça inteira justiça à complexidade dos processos históricos que as suas acções desencadearam naquela região. A lei dos efeitos perversos é uma constante da acti-

vidade política. Se uma acção bem-sucedida pode provocar consequências perversas negativas, o contrário também é verdadeiro.

Como nota que permite alguma esperança para o futuro, vale a pena referir o facto de os radicalismos que proliferam na região terem aparentemente provocado uma reacção defensiva por parte dos países mais moderados do mundo árabe. Essa reacção verificou-se não apenas contra a Al-Qaida, mas também contra o protagonismo do Irão e induz uma postura mais conciliadora e uma vontade até certo ponto genuína de apaziguamento relativamente a Israel. O relançamento da Iniciativa de Paz árabe, que oferece a Israel um reconhecimento implícito por parte dos países árabes é reflexo dessa vontade.

Com um certo optimismo, a ambiguidade demonstrada pela Síria, que denota uma evidente vontade de fugir ao relativo ostracismo a que está votada, a forma como o Líbano evitou *in extremis* cair de novo na violência, o cessar-fogo em Gaza entre Israel e o Hamas, o próprio debate que parece estar em curso no Irão sobre os custos de afrontar a comunidade internacional no dossiê nuclear, podem também ser interpretados como sinais de que, após anos de vertiginosa turbulência, existe na região um certo desejo de acalmia e alguma possibilidade de evolução que talvez possam ser aproveitados por uma nova administração americana diplomaticamente mais hábil e menos rígida do ponto de vista doutrinário.

Não haja contudo ilusões: a situação que Bush lega ao seu sucessor é mais rica em perigos e armadilhas do que em oportunidades. É no Médio Oriente que se joga o destino imperial da nação americana. A relação dos EUA com esta região é cada vez mais intensa e também cada vez mais contenciosa. A vasta rede de interesses, compromissos e afectos que liga os EUA ao Médio Oriente tem como contrapartida uma igual-

mente vasta teia de ódios, antagonismos e incompreensões. Estão em causa nesta relação processos históricos de largo alcance e complexidade que não é possível resolver no curto prazo. Por isso, caso Barack Obama seja eleito Presidente, é de recear que encontre muitas dificuldades em cumprir os dois pilares da sua política naquela região: vencer a guerra do Afeganistão e retirar-se com honra do Iraque.

A vontade, aliás compreensível, que animou a Administração Bush após o 11 de Setembro de transformar radicalmente o Médio Oriente não foi infelizmente acompanhada por uma igual dose de inteligência e subtileza na maneira de abordar os problemas da região. Preservar a influência dos EUA naquela região, evitar o desastre, resgatar os erros cometidos, e levar os processos históricos em curso na região a bom termo exigirá do próximo Presidente americano todas as suas reservas de vontade, firmeza, diplomacia, inteligência, paciência e empenhamento pessoal. **RJ**

NOTAS

¹ Cf., por exemplo, HAAS, Richard - «The new Middle East». In *Foreign Affairs*, Novembro-Dezembro de 2006.

² Declarações de Colin Powell a 15 de Maio de 2001. O termo usado em inglês foi "box".

³ Associated Press, 10 de Abril de 2008.

⁴ http://en.wikipedia.org/wiki/Casualties_of_the_conflict_in_Iraq_since_2003.

⁵ Sobre a situação actual da Al-Qaida, cf. KEPEL, Gilles - *Terreur et Martyre*. Paris: Flammarion, 2008. Sobre a história da Al-Qaida, cf. WRIGHT, Lawrence - *The Looming Tower*. Londres: Knopf, 2006.

⁶ Sobre este ponto, cf. MEARSHEIMER, John, e WALT, Stephen - *The Israel Lobby*. Londres: Allen Lane, 2007, cap. 7.

⁷ Cf. DARLYMPE, William - «A new deal in Pakistan». In *New York Review of Books*, 3 de Abril de 2008.